

## **Respostas ao questionário da Ordem dos Arquitectos**

### **1. Quais os projetos concretos de edifícios ou espaço público que pretende implantar na cidade?**

O programa eleitoral da CDU prevê a intervenção em várias localizações do concelho de Sintra. Pretendemos concentrar todos os serviços da Câmara Municipal, que atualmente estão dispersos, num complexo a localizar na Portela de Sintra. Esta será a grande obra pública do mandato. Para além destas, destacamos ainda outras duas: a construção do ecoduto sobre o IC19, de ligação do Palácio de Queluz à Quinta da Matinha e a construção do complexo desportivo na Cidade de Agualva-Cacém. Em relação ao espaço urbano, queremos avançar com um projeto de desenvolvimento urbano para a baixa da Cidade de Agualva-Cacém que é atualmente um espaço de estacionamento, numa zona central que não foi concluída pelo Polis Cacém. Ainda relativamente ao espaço público, pretendemos dar um novo impulso a propostas da CDU e que apesar de já serem defendidas por todas as outras forças políticas ainda não avançaram. Refiro o Parque Urbano de Colaride e o Eixo Verde – Azul. Ao nível da mobilidade, defendemos a construção de um novo terminal rodoferroviário na Portela de Sintra e uma nova estação de comboios em Algueirão Mem-Martins. Estas obras arquitectónicas terão um efeito revitalizador da paisagem onde se inserem.

### **2. Muitas autarquias têm tido uma política errática relativamente à contratação dos serviços de arquitetura, não defendendo sempre os interesses da cidade. Qual a forma preferencial para selecionar as melhores propostas para os projetos de iniciativa municipal?**

Julgo que esta pergunta não se enquadra no município de Sintra dado que este tem neste momento um Departamento de Urbanismo, com uma equipa vasta de arquitetos que ocupam as mais altas responsabilidades nesta estrutura. Atualmente, a contratação pública é clara na obrigatoriedade do concurso público e na existência de júris competentes para selecionar as melhores propostas técnicas e financeiras. Contudo, o concurso de ideias para obras em concreto é uma forma que elegemos como fundamental para alargar as opções estéticas da obra final que se vai definir.

### **3. Qual a sua estratégia para a revitalização do património (municipal e do Estado) que está desativado e abandonado na sua cidade?**

Temos uma visão e não abdicamos dela: todo o património municipal e do Estado deve ser colocado ao serviço das populações tendo em vista a resolução dos problemas mais imediatos, que podem ser de carência de habitação, falta de espaços públicos, falta de equipamentos públicos ou outros. A reabilitação desse património deve ser uma prioridade. Mas avancemos com exemplos concretos. Defendemos que a Quinta Nova da Rainha, localizada nas imediações do Palácio de Queluz, propriedade do Exército Português, e que se encontra ao abandono, seja transformada num parque urbano. Esta proposta permite o alargamento do parque urbano Felício Loureiro em vários hectares de terreno, beneficiando a população de Queluz e da Amadora, ao mesmo tempo que protege o Palácio de Queluz de urbanizações que prejudicariam o enquadramento deste monumento. Defendemos ainda a rápida recuperação da Quinta Nova

da Assumpção (Belas) que se encontra sem função atribuída, à excepção dos jardins. Este edifício deve ser um dos motores para a dinamização do núcleo urbano de Belas e por isso não pode estar ao abandono e sem função à mais de 20 anos. Por último, apesar da Câmara Municipal de Sintra ter feito um acordo com o Ministério da Justiça para a instalação de um tribunal fiscal e administrativo na Quinta da Fidalga (Aqualva), no edifício apalaçado, vamos questionar o ministério se ainda está interessado nesse projecto. Passaram cerca de 4 anos e nada aconteceu. Se não existir vontade do ministério, vamos pedir a revogação do protocolo e lançar um concurso de ideias para atribuir uma nova função a este imóvel.

**4. O não cumprimento generalizado dos prazos definidos por lei (RJUE) tem tido um impacto negativo considerável em ateliers e promotores, e tem afastado investimento nas cidades. Quais as medidas concretas que propõe para que os serviços municipais cumpram com os prazos definidos por lei (RJUE) na apreciação das operações urbanísticas? Que medidas compensatórias seria possível considerar?**

A questão central que se deve colocar é como melhorar os serviços e não atribuir medidas compensatórias, porque isso seria admitir à partida a falha ou que será impossível cumprir os prazos. A modernização dos procedimentos através da digitalização dos processos é um passo que deve continuar a avançar, com mais vigor e mais meios. Esta é uma área de investimento que é uma preocupação nossa. Reconhecemos que é necessário modernizar o Departamento de Urbanismo da Câmara de Sintra, através de mais meios informáticos e também através da construção de um novo edifício. O atual está em clara ruptura e não responde às necessidades mais urgentes, para além de acumular várias patologias alvo de queixas frequentes de todos os que lá trabalham. O cumprimento dos prazos, que tem vindo a melhorar em Sintra (é a informação que disponho através de relatórios realizados por empresas de auditoria independentes) está muito condicionado à contratação de pessoal na função pública. A morosidade dos concursos de recrutamento, os baixos salários em início de carreira, o congelamento das progressões, não atrai novos profissionais na quantidade e qualidade desejada. Esta é uma luta e reivindicação que temos que continuar a levar aquando da discussão dos Orçamentos de Estado e da forma como os Governos vêm a política salarial na Função Pública.

**5. Caso seja eleito, que nome propõe para a vereação do Urbanismo? Será um/a arquiteto/a? Pretende fazer alterações nas chefias do departamento de urbanismo?**

Julgo que ainda é cedo para este tipo de apreciação pois esta decisão é muito condicionada pelos resultados eleitorais e pela correlação de forças que daí resultar. Em Sintra, sabemos o que queremos: o departamento de urbanismo dever ter um responsável com uma leitura abrangente do concelho, que entenda os erros (e foram muitos e generalizados) no planeamento urbano das últimas décadas. Deve ter um compromisso com o serviço público e não com outros interesses como aconteceu no passado. Em relação ao funcionamento do departamento, será necessário realizar uma auditoria para aprofundar o conhecimento atual do departamento. Ressalva-se que tal procedimento não traduz desconfiança em relação aos atuais responsáveis mas só se podem fazer melhorias conhecendo em pormenor a realidade.

**6. Vai fazer alterações à orgânica dos serviços de urbanismo? Que medidas concretas propõe para a melhoria do acesso dos cidadãos e dos técnicos aos serviços de urbanismo?**

Esta pergunta acaba por se encontrar relacionada com a anterior e por isso uma parte dela já se encontra respondida. Proponho quebrar a regra imposta pelo atual presidente que foi o “fechamento” do departamento aos munícipes e aos técnicos. Este foi um erro que vamos corrigir. Todos se queixam de que não é possível reunir presencialmente com os técnicos de urbanismo. Vamos criar um serviço de atendimento, uma espécie de “loja do cidadão do urbanismo”, onde a população, os técnicos e os interessados possam discutir cara-a-cara os seus projetos e colocar as suas dúvidas.

**7. Consideramos de grande importância a participação dos arquitetos e do seu conhecimento específico na definição das estratégias para a cidade. Como podemos estimular essa participação?**

Entendemos que a construção da cidade é um exercício pluridisciplinar, onde os arquitectos assumem uma posição relevante dado que o traço dos mesmos irá condicionar o futuro da cidade. Mas também aprendemos, com o Polis do Cacém, por exemplo, que a envolvência de outros profissionais é fundamental para compreender as cidades alvo de intervenção. Iremos privilegiar a participação de arquitetos desde o banco das universidades. O concelho de Sintra tem um potencial de construção de cidade em desenvolvimento e a envolvência das universidades, da ordem dos arquitetos e de outros profissionais poderá contribuir para a melhoria significativa da vida das populações.